

Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE

Demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31/12/2024



Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE _____	2
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO _____	5
BALANÇO PATRIMONIAL _____	12
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO _____	13
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO _____	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA _____	15
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO _____	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS _____	17
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO _____	46
PARECER DO CONSELHO FISCAL _____	49

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e Administradores da

Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE ("PRODEMGE" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 02 de fevereiro de 2024 com opinião sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da

Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2025.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Octavio Romeu Roland Neto
Contador CRC- 1MG080487/O-4



Documento assinado digitalmente

OCTAVIO ROMEU ROLAND NETO

Data: 21/02/2025 12:25:05-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para o exercício de 2024.

APRESENTAÇÃO

A Diretoria Executiva da Prodemge apresenta o Relatório da Administração, elaborado em conformidade com os dispositivos legais e estatutários, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Este relatório apresenta uma visão abrangente de nossas atividades, estrutura organizacional, governança corporativa, desempenho financeiro e das diversas iniciativas realizadas ao longo de 2024 para atender ao nosso propósito, missão, visão e valores.

Como ferramenta de prestação de contas à sociedade, o Relatório da Administração reafirma o compromisso da Prodemge com uma comunicação ética, transparente e acessível, compartilhando informações importantes com todos os públicos interessados.

ADMINISTRADORES DA PRODEMGE¹

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ezequiel de Melo Campos Netto

Presidente do Conselho e membro independente

Ademilson Jorge de Barros Monteiro

Conselheiro Representante dos Empregados

Alonso Fernandes Júnior

Conselheiro

Aluísio Eduardo Caetano de Medeiros

Conselheiro

Conrado Lopes Vilaça de Abreu

Conselheiro

Gustavo Fonseca Nogueira²

Conselheiro Representante dos Acionistas Minoritários

Márcio Almeida Bernardino³

Conselheiro

Roberto Tostes Reis

Conselheiro

Rodrigo Soares Vasconcelos Teixeira

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Roberto Tostes Reis

Diretor-Presidente

Tadeu Barreto Guimarães⁴

Diretor Administrativo e Financeiro

Ladimir Freitas

Diretor Técnico

1. Posição 31/12/2024.

2. Em substituição a Tadeu Barreto Guimarães a partir de 02 de setembro de 2024.

3. Em substituição a Diogo Soares Leite a partir de 19 de julho de 2024.

4. Em substituição a Gustavo Fonseca Nogueira a partir de 02 de setembro de 2024.

VISÃO ORGANIZACIONAL

A Prodemge

A trajetória da companhia teve início em 1967, com a criação do Centro de Processamento de Dados (Cepro). No ano seguinte, foi instituído o Escritório Técnico de Racionalização Administrativa (Etra), sob a forma de fundação, que incorporou as atividades do Cepro. Em 1972, com a promulgação da Lei

Estadual nº 6.003/72 e do Decreto Estadual nº 14.915/72, as operações do Etra culminaram na criação da Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais - Prodemge. Em 2004, a empresa foi renomeada como Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge.

Organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, a Prodemge integra a administração indireta do Estado de Minas Gerais. A companhia é regida pela Lei Federal nº 6.404/76; pelas Leis Estaduais nº 12.325/96; nº 15.390/04; nº 22.257/16 e pela Lei Federal nº 13.303/16. Também está sujeita ao Decreto Estadual nº 47.154/17, ao seu Estatuto Social e às demais legislações aplicáveis.

A Prodemge é a empresa de tecnologia da informação do Governo de Minas Gerais, dedicada à modernização e à transformação digital do setor público. Por meio de seus produtos e serviços, a companhia apoia órgãos e entidades governamentais na prestação de serviços mais eficientes aos cidadãos, em áreas como saúde, educação, segurança, trânsito, meio ambiente, gestão pública, finanças, cultura, turismo, agricultura, desenvolvimento econômico, justiça, entre outras.

A companhia tem ampliado sua contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas, alinhando essa atuação às iniciativas estratégicas de sustentabilidade empresarial. Entre essas iniciativas, destaca-se a expansão para novos mercados do setor público, com a oferta de produtos inteligentes e serviços especializados que atendam às necessidades do governo e da sociedade.

Essa atuação é reafirmada por meio de sua identidade empresarial:

Propósito: Entregar soluções tecnológicas para melhorar a vida dos cidadãos.

Missão: Prover o estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de TI para o benefício do cidadão.

Visão: Ser referência no processo de transformação digital do estado de Minas Gerais e consolidar-se como agente estratégico de TI na gestão pública.

Valores: Integridade, meritocracia, foco em resultados, inovação, transparência, diversidade e sustentabilidade.

O capital social da Prodemge é de R\$ 97.540.247,00 (noventa e sete milhões, quinhentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e sete reais), dividido em 97.540.247 (noventa e sete milhões, quinhentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e sete) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada. Seu principal acionista é o Estado de Minas Gerais, detentor de 98,91% de suas ações.

Estrutura Organizacional

Para cumprir sua finalidade e se destacar em um mercado em constante evolução, a Prodemge observa dispositivos legais e boas práticas que contribuem para a adequada Governança Corporativa. A Companhia conta com uma Estrutura Organizacional que define sua forma de funcionamento, com atribuições e responsabilidades distribuídas em instâncias.

Para viabilizar a estratégia empresarial e o fluxo decisório, sua Estrutura Organizacional estabelece as áreas de atuação e as competências da Presidência e das Diretorias.

Nos níveis táticos, as unidades subordinadas à Diretoria Executiva possuem atribuições especializadas por função, que consideram o balanceamento de poderes, autoridades e alçadas. Essas atribuições foram distribuídas de acordo com a responsabilidade de cada área sobre os processos corporativos que integram a Cadeia de Valor.

Linha de Produtos e Serviços

A Prodemge atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas para modernizar e otimizar os serviços públicos estaduais. Suas áreas de atuação incluem: Inteligência de Dados, Data Center, Serviços de Infraestrutura, Serviços de Rede, Sistemas de Informação, Soluções Corporativas e Serviços de Nuvem. Por meio dessas linhas, a companhia auxilia órgãos e entidades do governo de Minas Gerais na oferta de serviços mais eficientes aos cidadãos. Entre seus clientes estão secretarias de Estado, autarquias, fundações, empresas estatais, o Judiciário, o Legislativo e municípios.

A Prodemge possui um Caderno de Serviços, que detalha seus produtos e serviços e serve como referência para órgãos e entidades do governo estadual na contratação de soluções tecnológicas. Supervisionado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag, o Caderno padroniza e formaliza a contratação dos serviços oferecidos pela Prodemge, assegurando eficiência, transparência e alinhamento às boas práticas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

O uso do Caderno é obrigatório para contratações realizadas por órgãos e entidades do Executivo mineiro, e nele estão definidos indicadores de nível de serviço e condições comerciais.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E ESTRATÉGIA

Estrutura de Governança

A gestão da Prodemge é estruturada de forma a garantir uma governança corporativa sólida e eficiente. A administração é exercida pelo Conselho de Administração, responsável por definir as diretrizes estratégicas, e pela Diretoria Executiva, encarregada de executar essas estratégias. O Conselho Fiscal, por sua vez, atua como órgão de assessoramento da Assembleia Geral de Acionistas, com caráter consultivo e fiscalizatório, assegurando a transparência e a conformidade nas operações financeiras e administrativas. As competências dos órgãos estatutários estão detalhadas no Estatuto Social da companhia.

O Comitê de Auditoria Estatutário auxilia o Conselho de Administração nas funções de auditoria, avaliando a qualidade das demonstrações contábeis, a gestão de riscos e a eficácia dos controles internos, além de supervisionar as auditorias interna e externa. A Auditoria Interna desempenha um papel essencial na avaliação da conformidade dos agentes de governança com as normas aplicáveis, além de recomendar melhorias em controles, regras e processos internos. Em conformidade com a legislação e visando garantir as melhores práticas de gestão, a companhia realiza, por meio de processo licitatório, a contratação de uma empresa de auditoria independente, responsável pela verificação e validação de suas demonstrações contábeis.

A Assessoria de Governança Corporativa, vinculada ao Diretor-Presidente, é responsável pelo planejamento estratégico, gerenciamento de riscos, processos e compliance, além de centralizar todo o suporte administrativo e operacional às instâncias de governança, atendendo à Assembleia de

Acionistas, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria Estatutário, bem como mantendo a interlocução com órgãos de controle externo, quando necessário.

Estratégia Corporativa

Com uma estrutura alinhada a objetivos claros, a Estratégia de Longo Prazo da Prodemge, para o período de 2022 a 2026, reafirma seu compromisso com a transformação digital, contribuindo, assim, para uma gestão pública cada vez mais eficiente.

Em 2024, a Prodemge automatizou o processo de acompanhamento de estratégia corporativa por meio da ferramenta GRC – Governança, Riscos e Conformidade, gerando ganho de eficiência operacional e possibilitando uma análise mais detalhada dos cenários e tendências relacionadas à execução do Planejamento Estratégico frente às metas estabelecidas.

Programa de Integridade

Em 2024, a Prodemge deu passos significativos no fortalecimento de sua cultura de integridade ao lançar o Programa de Integridade, com o objetivo de fortalecer seus valores éticos, promover a transparência e garantir a responsabilidade em todos os níveis da companhia.

No âmbito do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), das 16 ações pactuadas, para o ciclo 2024 - 2025, 5 foram implementadas, 8 estão em andamento e 3 estão a iniciar, reafirmando seu compromisso com uma gestão ética e transparente.

GESTÃO DE PESSOAS

Atualmente, o quadro da companhia é composto por 1.063 empregados e 176 estagiários. As mulheres representam 31% da força de trabalho, enquanto os homens correspondem a 69%. Dos 136 cargos de gestão, 36,3% são ocupados por mulheres e 63,7% são ocupados por homens. O perfil etário da companhia abrange profissionais com idades entre 18 e 75 anos, sendo 72% na faixa de 18 a 49 anos e 28% entre 50 e 75 anos.

A Prodemge valoriza o desenvolvimento e o bem-estar de seus profissionais, reafirmando seu compromisso com iniciativas voltadas para a capacitação, o crescimento profissional e o cuidado com seus colaboradores. Ao longo do ano, diversas ações foram implementadas para fortalecer essa responsabilidade, como capacitações para gestores e colaboradores, a implantação do Programa de Gestão do Desempenho e Resultados (PGDR), a ampliação do Programa de Estágio e ações voltadas para o bem-estar físico e mental dos colaboradores.

Foram realizados 67 treinamentos, que totalizaram 8.683 participações e um total de 22.342 horas de capacitação, alcançando um índice de satisfação de 94% entre os participantes. Esse investimento contínuo na qualificação técnica fortalece a expertise dos profissionais da Prodemge e consolida o papel da companhia como referência em tecnologia da informação. Ao acompanhar as rápidas transformações do setor, a Prodemge assegura sua capacidade de prestar serviços de excelência e impulsionar a transformação digital no Estado de Minas Gerais.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades desenvolvidas pela Prodemge possibilitam a conexão entre entes públicos, empresas e cidadãos por meio de soluções tecnológicas. Ao longo de 2024, a companhia desenvolveu diversas ações, projetos e soluções, sempre com o objetivo de alcançar sua visão de ser referência no processo de transformação do estado de Minas Gerais e consolidar-se como agente estratégico de TI na gestão pública.

Para impulsionar a evolução da tecnologia e da inteligência governamental em Minas Gerais, a Prodemge investe continuamente em pesquisa e desenvolvimento. Um exemplo disso é o trabalho da companhia na expansão do Data Lake, com o objetivo de torná-lo um grande repositório de dados de todas as áreas de governo, promovendo a evolução das políticas públicas, a formulação de estratégias mais assertivas e o impulso à inovação.

Em 2024, a Prodemge entregou diversas soluções que aprimoram o atendimento ao cidadão em órgãos governamentais e fortalecem a segurança dos serviços públicos digitais. Dentre elas, destaca-se a Transferência Digital da Propriedade de Veículos, desenvolvida em parceria com a SEPLAG. Essa solução modernizou o processo de transferência, permitindo que comprador e vendedor realizem a transação de forma totalmente digital, sem a necessidade de comparecer a cartórios ou unidades de atendimento presencial.

Outra importante entrega foi a nova versão do Diário Escolar Digital, denominada DED+, entregue à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG). O sistema passou por uma atualização significativa, apresentando melhorias essenciais no registro de chamadas, no planejamento e no acompanhamento do desempenho dos estudantes, facilitando a rotina de trabalho dos professores da rede estadual de ensino. Além disso, a Prodemge realizou a integração do Boletim Escolar Digital com o aplicativo MGapp e o Sistema Mineiro de Administração Escolar (Simade). Essa iniciativa facilita o acesso e a atualização de dados por estudantes e seus responsáveis, unificando e tornando mais eficiente o gerenciamento das informações escolares.

Na área de segurança, a Prodemge expandiu o Emergência MG para mais 46 municípios, totalizando 107 cidades atendidas. A solução permite que o cidadão acione as polícias Militar e Civil e o Corpo de Bombeiros pela internet, por meio de seu site (www.emergencia.mg.gov.br), do aplicativo de serviços do governo, MGapp, ou do aplicativo de mensagens Telegram.

O Sistema de Informações de Gerenciamento de Barragens (Sigibar) também foi atualizado com a entrega de um novo módulo de monitoramento e fiscalização de barragens, que permite o acesso do cidadão, fortalecendo a segurança e a transparência na gestão de barragens de rejeito da indústria e mineração em Minas Gerais.

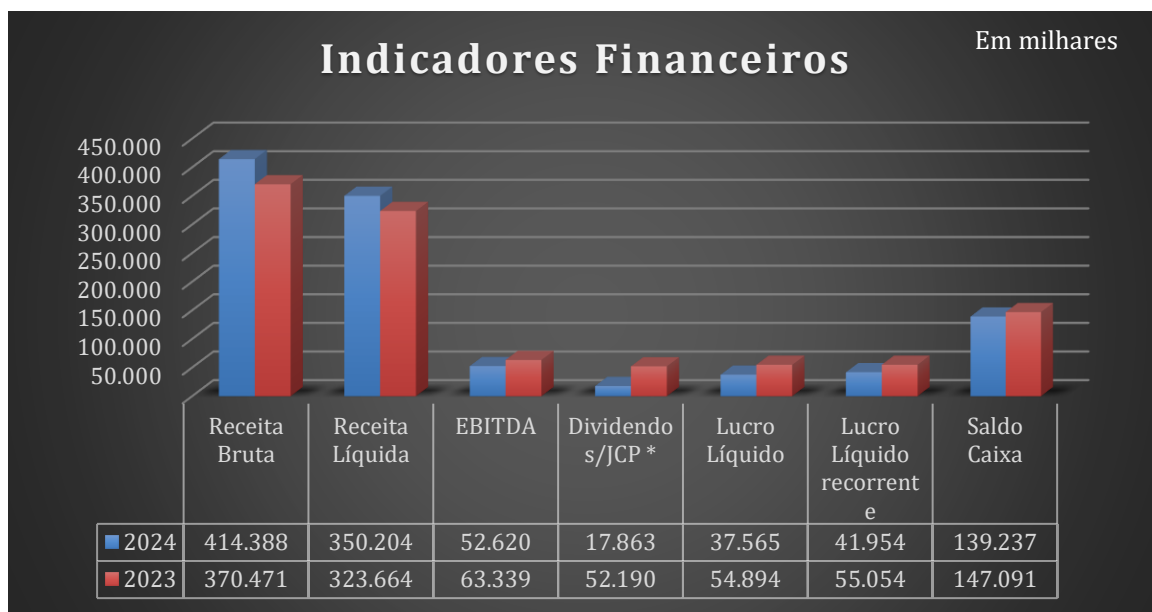
A companhia adaptou o Sistema de Concessões de Diárias e Passagens (SCDP) para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), com o objetivo de promover o controle, automação e segurança na gestão e processamento de diárias dessas instituições.

Além disso, a Prodemge entregou o Sistema de Perícia Médica e Saúde Ocupacional (Sipemso-MG), que visa modernizar os serviços de perícia médica no Governo de Minas, e iniciou o projeto Sei! Municípios, com o objetivo de implantar o SEI nas prefeituras, ambos projetos realizados em parceria com a Seplag.

Esses projetos são apenas alguns exemplos do impacto positivo que essas soluções da Prodemge têm gerado na vida dos mineiros, tornando o dia a dia mais prático por meio da tecnologia aplicada aos serviços públicos. Essas iniciativas estão alinhadas à estratégia de Transformação Digital do Governo de Minas e ao propósito da Prodemge: “entregar soluções tecnológicas para melhorar a vida dos cidadãos”.

O detalhamento completo das entregas do exercício está disponível no Relatório de Sustentabilidade 2024.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO



* Dividendos/JCP 2024 – valor proposto a ser ratificado pela AGO

No exercício de 2024, a Prodemge registrou um desempenho financeiro positivo, com uma receita líquida superior à do exercício anterior, totalizando R\$ 350,2MM. Esse crescimento reflete a boa performance nas operações e o fortalecimento de sua posição junto ao Estado. O lucro líquido totalizou 37,6MM no exercício 2024.

Com tais resultados, a Companhia manteve uma posição financeira robusta, com saldo de caixa de R\$ 139,2MM, o que proporciona uma excelente capacidade de pagamento e solidez para enfrentar eventuais desafios. O EBITDA ajustado (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) totalizou R\$ 52,6MM, evidenciando a continuidade de sua eficiência operacional.

Destaca-se, também, que a Companhia distribuirá dividendos/JCP ao Estado de Minas Gerais pela quarta vez consecutiva, no montante de 17,7MM. Isso reforça seu compromisso com a geração de valor para o seu acionista majoritário e contribui para o fortalecimento das finanças públicas do estado. Considerando todos seus acionistas, a distribuição chega a 17,9MM.

Outro ponto relevante é o percentual de execução do orçamento de investimento neste exercício, 63%, o maior dos últimos seis anos. Esse resultado demonstra o empenho da administração em atingir as metas estabelecidas, refletindo a estratégia da Companhia para se manter como protagonista na transformação digital do Estado de Minas Gerais, buscando atualização do seu parque tecnológico a fim de prestar serviços de excelência aos seus clientes.

Em resumo, a Prodemge continua com indicadores financeiros sólidos e um desempenho operacional eficaz, com perspectivas de continuidade na entrega de resultados positivos e na contribuição para o Estado de Minas Gerais.

Roberto Tostes Reis

Diretor-presidente

Ladimir Lourenço dos Santos Freitas

Diretor técnico

Tadeu Barreto Guimarães

Diretor administrativo e financeiro

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(em milhares de reais)

ATIVO	N/E	2024	2023
CIRCULANTE		208.038	211.707
Caixa e equivalente de caixa	5	139.237	147.091
Contas a receber de clientes	6	19.996	27.986
Serviços a faturar	7	28.963	25.286
Estoques		502	468
Tributos a recuperar	8	15.299	7.818
Devedores diversos		760	1.054
Despesas do exercício seguinte	9	3.281	2.004
NÃO CIRCULANTE		62.844	66.730
Realizável a Longo Prazo		20.733	30.407
Depósitos judiciais	20	12.037	10.696
Faturamento pendente	10	8.505	19.531
Outros créditos a receber	11	191	180
Investimentos	12	313	313
Imobilizado	13	39.358	32.323
Intangível	14	2.440	3.687
TOTAL DO ATIVO		270.882	278.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(em milhares de reais)

PASSIVO	N/E	2024	2023
CIRCULANTE		87.482	89.079
Fornecedores		12.943	13.431
Obrigações sociais e trabalhistas	15	44.534	39.789
Obrigações fiscais	16	5.531	5.741
Dividendos a pagar	21	17.849	26.082
Demais contas a pagar	17	6.625	4.036
NÃO CIRCULANTE		26.758	28.937
IRPJ/CSLL diferidos	18	3.301	4.672
Obrigações diversas	20	3.025	2.281
Benefício pós emprego	19	6.186	9.067
Provisão p/ processos judiciais	20	14.246	12.379
Parcelamentos tributários		-	538
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	156.642	160.421
Capital social		97.540	97.540
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(2.600)
Reserva de reavaliação		10.164	10.190
Reserva legal		7.528	5.650
Reserva de retenção de lucros		41.410	49.641
TOTAL DO PASSIVO		270.882	278.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(em milhares de reais)

Demonstração de Resultado	N/E	2024	2023
Receita operacional líquida	22	350.204	323.664
(-) Custo dos serviços prestados	23	(245.178)	(225.322)
(=) Lucro bruto		105.026	98.342
Despesas administrativas e gerais	24	(60.762)	(42.761)
Provisão para processos judiciais		(1.866)	(1.014)
Despesas tributárias		(732)	(847)
PECLD	25	11.349	10.311
Perda sobre faturas	26	(12.125)	(4.191)
Outras receitas/despesas operacionais	27	(834)	(159)
(=) Lucro antes do resultado financeiro		40.056	59.681
Receitas financeiras	28	13.116	15.834
Despesas financeiras	28	(351)	(249)
(=) Lucro antes dos impostos		52.821	75.266
IRPJ diferido		998	(372)
CSLL diferida		359	(134)
IRPJ	29	(12.066)	(14.367)
CSLL	29	(4.547)	(5.499)
(=) Resultado do Exercício		37.565	54.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(em milhares de reais)

Demonstração de Resultado Abrangente	2024	2023
Lucro líquido do exercício	37.565	54.894
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de avaliação atuarial	2.600	(2.600)
Realização da reserva de reavaliação	40	40
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	40.205	52.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(em milhares de reais)

	2024	2023
ATIVIDADE OPERACIONAL		
Resultado Líquido antes do IRPJ/CSLL	52.821	75.266
Depreciação/amortização	8.794	8.215
Baixa não monetária – perdas sobre faturas	10.756	7
Provisões trabalhistas	1.866	1.014
Provisões/Reversões para PECLD	(11.349)	(10.311)
Provisão IRPJ/CSLL diferidos	(1.357)	506
Serviços realizados a faturar	6.419	(6.257)
Venda de ativo imobilizado	(110)	(10)
Resultado Ajustado	67.840	68.430
Variação das contas de Ativo		
Contas a receber de clientes	9.514	7.422
Estoques	(34)	(43)
Tributos a recuperar	(7.481)	(5.470)
Depósitos judiciais	(1.343)	(1.493)
Outros ativos	(994)	(963)
Variação das contas de Passivo		
Fornecedores	(1.536)	1.524
Impostos a recolher	500	343
Salários e encargos sociais	4.978	144
Parcelamento tributário	(1.249)	(990)
Benefício pós emprego	(281)	(791)
Outras contas a pagar	3.102	1.062
IRPJ e CSLL do exercício	(16.613)	(19.866)
IRPJ e CSLL diferidos	1.357	(506)
RECURSOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL	57.760	48.803
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(52.190)	(19.461)
RECURSOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	(52.190)	(19.461)
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Venda de bens permanentes	-	55
Aumento/compra do ativo imobilizado	(13.399)	(4.208)
Aumento/compra do ativo intangível	(25)	(558)
RECURSOS LÍQUIDOS DA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	(13.424)	(4.711)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.854)	24.631
Demonstração da variação líquida de Caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	147.091	122.460
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	139.237	147.091
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.854)	24.631

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Outros Resultados Abrangentes	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2022	97.540	10.217	2.905	-	23.546	-	134.208
Realização da Reserva de Reavaliação		(27)				40	13
Outros Resultados Abrangentes							
Ajuste de Avaliação atuarial				(2.600)			(2.600)
Lucro Líquido do Exercício						54.894	54.894
Reserva Legal			2.745			(2.745)	-
Juros sobre o capital Próprio						(8.121)	(8.121)
Dividendos a pagar						(17.973)	(17.973)
Reserva de Retenção de Lucros					26.095	(26.095)	-
Saldo em 31/12/2023	97.540	10.190	5.650	(2.600)	49.641	-	160.421
Realização da Reserva de Reavaliação		(26)				40	14
Outros Resultados Abrangentes							
Ajuste de Avaliação atuarial				2.600			2.600
Lucro Líquido do Exercício						37.565	37.565
Reserva Legal			1.878			(1.878)	-
Juros sobre o capital Próprio						(9.417)	(9.417)
Dividendos a pagar					(26.094)	(8.447)	(34.541)
Reserva de Retenção de Lucros					17.863	(17.863)	-
Saldo em 31/12/2024	97.540	10.164	7.528	-	41.410	-	156.642

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto outro modo indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte, MG.

Por meio de seus serviços, a Prodemge auxilia órgãos e entidades do governo de Minas a prestarem serviços cada vez mais eficientes aos cidadãos mineiros, seja nas áreas de saúde, educação, segurança, trânsito, meio ambiente, gestão, finanças, cultura, turismo, agricultura, desenvolvimento econômico, justiça e outras.

Em sintonia com os programas de Governo, a Prodemge tem como missão prover o estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de TI para o benefício do cidadão, e como propósito, entregar soluções tecnológicas para melhorar a vida dos cidadãos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, referendados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.2 Emissão e divulgação

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras de 2024 foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em reunião de 29 de janeiro de 2025.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As provisões trabalhistas, cíveis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, e suas variações impactaram diretamente no resultado do exercício. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto no resultado do exercício quanto em outros resultados abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, expressa em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa – DFC

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2)/NBC TG 03 (R3)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.6 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis até a data das demonstrações financeiras e estão demonstradas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 06 – Contas a receber
- Nota 10 – Faturamento pendente
- Nota 19 – Mensuração de obrigações de benefícios definidos
- Nota 20 – Provisão para Processos judiciais

2.7 Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas aos períodos anteriores foram reclassificadas. Tais reclassificações não são objeto de reapresentação de balanço, uma vez que, para a administração, não afetam a tomada de decisão. Em síntese, representam revisões de agrupamento de contas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros são: caixa e equivalentes de caixa (incluindo aplicações financeiras) e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros são: obrigações junto à fornecedores e obrigações sociais e trabalhistas. Não existem operações na Companhia com características de instrumentos financeiros que possuam valor de mercado distinto dos saldos contábeis.

3.3 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. Esses valores são registrados ao custo de aquisição, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço, e não excedem o respectivo valor de mercado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

3.4 Estoques

Os bens do estoque são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado.

3.5 Imobilizado

O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes (contas de terrenos, edificações/instalações), deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na NE13, e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor residual do imobilizado e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado. O valor contábil líquido do ativo imobilizado é avaliado segundo os preceitos do CPC 27 – Ativo Imobilizado e foi submetido ao teste de recuperabilidade, análise de revisão de vida útil e redução ao valor recuperável conforme o disposto nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº. 1.292/10 e NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A Companhia considera o método “valor em uso” como sendo o melhor método para avaliar o seu ativo imobilizado.

3.6 Intangível

O intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis são compostos pelo custo incorrido na aquisição de software e licenças de uso, os quais são amortizados levando-se em conta uma vida útil estimada de 05 anos. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avaliou, ao final do exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos intangíveis que pudessem gerar necessidade de teste sobre seu valor de recuperação. Não foram identificadas evidências que indicassem a desvalorização desses ativos.

3.7 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros - Impairment

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de impairment ao final de cada exercício contábil. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa (UGC)).

3.8 Outros ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Os ativos

são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, ou como não circulantes quando são de característica permanente ou quando é provável que sua realização se dará em prazo superior a doze meses. Os demais ativos e passivos encontram-se devidamente contabilizados pelos seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.

3.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

3.10 Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição, vale-transporte, auxílio teletrabalho, seguro de vida, reembolso auxílio odontológico, plano de saúde e plano de previdência complementar.

Participação nos resultados

O programa de participação de resultados é aprovado anualmente em Convenção Trabalhista. O valor referente a provisão do programa de participação de resultado é registrado na rubrica de Obrigações sociais e trabalhistas, no balanço patrimonial.

Plano de benefícios pós-emprego

A Companhia possui benefícios pós-emprego caracterizados com planos de complementação de aposentadoria, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a NBCTG 33 (R2) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora destes planos, que apresentam as seguintes características:

- **Plano de Contribuição Definida:** plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade patrocinada. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados pelos empregados.
- **Plano de Benefício Definido e Saldado:** a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço.

A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Companhia, através do método da unidade de crédito projetada. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas

mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

3.12 Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um passivo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Os passivos demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, são classificados como circulantes quando sua exigência/liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, ou como não circulantes quando é provável que sua exigência/liquidação se dará em prazo superior a doze meses.

3.13 Receita de aplicações financeiras

A receita sobre as aplicações financeiras e equivalentes de caixa é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração de resultado.

3.14 Tributação

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à incidência direta da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), do Imposto Sobre Serviços (ISS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) às alíquotas vigentes, sendo seu respectivo valor deduzido do total das receitas de prestação de serviços para fins de apuração do resultado.

Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do Pasep e Cofins são deduzidos do custo dos serviços prestados na Demonstração de Resultado do Exercício.

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados de acordo com o regime de tributação do lucro real anual e classificados em corrente ou diferido, conforme segue:

- Corrente: O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), quando da opção pelo regime de tributação pelo lucro real, são calculados à alíquota de 25% (15% acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente a R\$ 240.000/ano) para o Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social.

- Diferido: O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias compostas, principalmente, por provisões relacionadas que são dedutíveis para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social somente na data de sua realização.

3.15 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foram constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos na Política de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD aprovada pela Diretoria da Prodemge, que inclui a análise das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento e também dos serviços prestados (mas ainda não faturados) onde há incertezas quanto à sua regularização.

3.16 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

No Estatuto Social é assegurado ao acionista dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido anual da Companhia, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social, na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Segundo a legislação brasileira, Lei 9.249/1995, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio (JCP), calculados com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), que são dedutíveis para fins de imposto de renda, nos termos da legislação aplicável e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no percentual aprovado pelos Administradores. Qualquer valor diferente do valor provisionado somente é ajustado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

4. NORMAS EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 - demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e bancos	58	221
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB's		
. CEF - Flex empresarial	45.911	33.265
. Banco do Brasil - BB CDB DI	744	682
Fundos de Investimentos		
. CEF - Safira	42.012	71.633
. Banco Itaú - Soberano	50.097	40.896
. Banco do Brasil - Cartão de pagamento	11	11
Conta Poupança		
. Banco do Brasil	404	383
Total	139.237	147.091

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo, com liquidez diária e classificados como disponibilidades por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, após o registro contábil da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, a Companhia possui créditos vencidos e a vencer, referentes a serviços prestados substancialmente a órgãos e entidades da administração pública do Estado de Minas Gerais conforme abaixo:

	2024			2023		
	Saldo	PECLD	Líquido	Saldo	PECLD	Líquido
Estado de Minas Gerais						
Administração Direta	55.266	(36.413)	18.853	64.969	(37.980)	26.989
Administração Indireta	541	(288)	253	638	(245)	393
Total Estado	55.807	(36.701)	19.106	65.607	(38.225)	27.382
Extra Estado						
Prefeituras	890	-	890	561	-	561
Iniciativa Privada	-	-	-	43	-	43
Total Extra Estado	890	-	890	604	-	604
Total	56.697	(36.701)	19.996	66.211	(38.225)	27.986

Segregação do contas a receber de clientes, por idade de vencimento:

	2024	2023
A vencer	2.944	5.798
Vencidos:		
Até 30 dias	7.770	4.240
De 31 até 60 dias	752	1.386
De 61 até 90 dias	139	1.174
De 91 até 120 dias	91	497
Acima de 120 dias	45.001	53.116
Subtotal	56.697	66.211
PECLD	(36.701)	(38.225)
Total	19.996	27.986

No exercício de 2024, ocorreram recebimentos relevantes dos saldos em aberto dos exercícios de 2022 e 2023, que ocasionaram uma redução de 29% no saldo final.

Com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos, as provisões e perdas foram mensuradas e reconhecidas a partir da análise do histórico dos recebimentos. Foram constituídas provisões para os créditos vencidos há mais de três anos, no montante de R\$161 e o registro de perda de faturas, no montante de R\$1.428, referente a faturas emitidas há mais de dez anos.

Abaixo segue a movimentação da PECLD:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45.479
Adições	65
Reversões	(4.184)
Baixas	(3.135)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	38.225
Adições	161
Reversões	(257)
Baixas	(1.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	36.701

7. SERVIÇOS REALIZADOS A FATURAR

Os serviços prestados no mês de dezembro que não foram faturados, mas que tem a emissão do documento fiscal no mês subsequente estão contabilizados a título de serviços realizados a faturar, com o saldo de R\$28.963 em 31 de dezembro de 2024 e R\$25.286 em 31 de dezembro de 2023.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2024	2023
IRPJ/CSLL a recuperar	9.342	3.171
IRPJ/CSLL estimativa	3.298	1.899
Provisão IRPJ a ser retido	600	682
Provisão IRRF aplicação financeira	1.136	996
Créditos Pasep/Cofins	923	1.070
Total	15.299	7.818

Os saldos referentes ao IRPJ/CSLL somam R\$12.639, dividindo-se em valores a recuperar (R\$9.342), decorrentes de retenções na fonte sofridas no exercício e estimativas recolhidas (R\$3.298) em montante superior à apuração final do lucro real do exercício de 2024.

Quanto à provisão IRPJ a ser retido, refere-se à provisão da retenção sobre valores a receber de seus clientes que serão compensados à medida em que ocorrerem os recebimentos das faturas emitidas pelos serviços prestados. O reconhecimento do IRPJ teve início em 2023 com a publicação da Instrução Normativa RFB nº 2.145/23, que alterou a IN RFB 1.234/12, estabelecendo que os órgãos da administração pública direta dos estados e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações ficam obrigados a efetuar a retenção do imposto de renda, na alíquota de 4,8%, sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de prestação de serviços em geral. Com isso, em 31 de dezembro de 2024 temos o montante de R\$600 registrado e em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$682.

A Companhia utiliza, na apuração do Pasep e Cofins não cumulativos, os créditos permitidos sobre aquisições de bens, insumos, custos e despesas utilizados na prestação de serviços de TI. A utilização desses créditos acontece à medida que ocorrem os recebimentos sobre o faturamento, visto que a receita da Companhia advém, em quase sua totalidade, de contratos com órgãos públicos. À medida que os recebimentos acontecem, os créditos são utilizados.

9. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

	2024	2023
Prêmios de seguros	24	24
Manutenção de sistemas	3.169	1.971
Assinaturas e anuidades	88	9
Total	3.281	2.004

10. FATURAMENTO PENDENTE

Representado por valores decorrentes de serviços prestados, cuja emissão do documento fiscal ainda não ocorreu. Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a conta está composta da seguinte forma:

	2024			2023		
	Serviços a Faturar	PECLD	Saldo Contábil	Serviços a Faturar	PECLD	Saldo Contábil
Estado de Minas Gerais						
Administração Direta	10.308	(2.566)	7.742	31.017	(12.064)	18.953
Administração Indireta	880	(473)	407	921	(717)	204
Total Estado	11.188	(3.039)	8.149	31.938	(12.781)	19.157
Extra Estado						
Prefeituras	432	(76)	356	533	(159)	374
Total Extra Estado	432	(76)	356	533	(159)	374
Total	11.620	(3.115)	8.505	32.471	(12.940)	19.531

As provisões e perdas sobre o faturamento pendente são mensuradas e reconhecidas a partir da análise individual de cada pendência contratual com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos. Neste exercício, a Política para Perdas Estimadas de Créditos em Liquidação Duvidosa da Companhia foi aperfeiçoada, tendo sido alterados os critérios estabelecidos para a constituição das perdas definitivas. Até o exercício de 2023, a perda definitiva era determinada para créditos registrados há mais de dez anos. Com a revisão da política, estabeleceu-se que a perda definitiva será para os créditos registrados há mais de seis anos. Com isso, houve o reconhecimento de perdas no valor de R\$10.756 no exercício de 2024, referente aos créditos dos exercícios de 2014 a 2018, sendo que esse montante não impactou ao resultado do exercício, visto que já estavam provisionadas como perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

Segue demonstrado a movimentação da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.997
Reversões	(7)
Baixas	(3.050)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.940
Adições	957
Reversões	(26)
Baixas	(10.756)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.115

O faturamento pendente está demonstrado com saldos ajustados aos valores prováveis de sua realização, refletindo as perdas que são esperadas, conforme estabelecido no Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC-48 (Instrumentos Financeiros).

11. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Créditos a receber oriundos de ressarcimentos de remunerações pagas a diretores e conselheiros nos anos de 2017 a 2019. Segue detalhamento dos fatos:

No exercício de 2020, a gestão da Companhia solicitou à Controladoria Geral do Estado – CGE uma auditoria nos aumentos dos honorários recebidos pelos diretores e conselheiros no período de 2017 a 2019. A CGE emitiu Nota de Auditoria N°5140.1831.19 decorrente do Processo de Auditoria N°5140.152.07.0451.19, onde foram julgados os seguintes pontos:

- Aumento de 11,52% na remuneração dos conselheiros e diretores da Prodemge, sem aprovação da assembleia geral, no período de setembro de 2017 a junho de 2018, desrespeitando regulamentos;
- Aumento concedido em agosto de 2018, retroativo ao mês de julho de 2018, pago aos conselheiros e diretores da Prodemge, sem autorização formal dos órgãos competentes;
- Incorporação de reajuste sindical de 3,64% à remuneração dos membros da diretoria, a partir de setembro de 2018, sem aprovação pela assembleia geral.

A CGE se posicionou pelo ressarcimento dos valores recebidos pelos antigos diretores e conselheiros à Companhia. A Prodemge ajuizou ações de responsabilidade civil contra os devedores em 29/10/2021. O montante recebido indevidamente pelos diretores e conselheiros foi de R\$234, sendo que a Companhia já foi ressarcida em R\$112. O saldo ainda não regularizado é atualizado monetariamente pelo índice da poupança que, em 31 de dezembro de 2024 soma o montante de R\$191.

12. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participação acionária de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) no capital da empresa MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A, também parte relacionada da Companhia.

	2024	2023
Participação societária	312	312
Obra de arte	1	1
Total	313	313

13. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações	Instalações	Sistema de comunicação	Equip. process. de dados	Material e equip. eletr.	Móveis e utensílios	Ferramentas	Veículos	Imobilizado em andamento	Imobilizado em Poder de Terceiros	Total
Custo												
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.400	3.097	16.435	740	100.415	4.685	1.401	36	108	572	-	137.889
Adições	-	-	126	-	678	486	149	-	-	2.340	-	3.779
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(54)	-	-	(55)
Transferências	-	-	-	-	2.780	-	84	-	-	(2.864)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.400	3.097	16.561	740	103.873	5.171	1.633	36	54	48	-	141.613
Adições	-	-	-	-	3.345	21	201	-	-	9.770	1.219	14.556
Baixas	-	-	-	-	(4)	-	-	-	-	-	-	(4)
Transferências	-	-	-	-	9.716	39	63	-	-	(9.818)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.400	3.097	16.561	740	116.930	5.231	1.897	36	54	-	1.219	156.165
Depreciação												
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(2.647)	(15.988)	(671)	(77.790)	(4.333)	(1.153)	(33)	(75)	-	-	(102.690)
Adições	-	(46)	(455)	(9)	(5.856)	(203)	(68)	(1)	-	-	-	(6.638)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	37	-	-	37
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(2.693)	(16.443)	(680)	(83.646)	(4.536)	(1.221)	(34)	(38)	-	-	(109.291)
Adições	-	(46)	(13)	(3)	(7.193)	(170)	(95)	-	-	-	-	(7.520)
Baixas	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(2.739)	(16.456)	(683)	(90.835)	(4.706)	(1.316)	(34)	(38)	-	-	(116.807)
Saldo contábil líquido em 31/12/2022	10.400	450	447	69	22.625	352	248	3	33	572	-	35.199
Saldo contábil líquido em 31/12/2023	10.400	404	118	60	20.227	635	412	2	16	48	-	32.322
Saldo contábil líquido em 31/12/2024	10.400	358	105	57	26.095	525	581	2	16	-	1.219	39.358
Taxa média anual de depreciação	-	4%	10%	10%	20%	20%	10%	20%	20%	-	-	

14. INTANGÍVEL

	Direito de Uso de Software	Direito de Uso de Software em andamento	Total
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	61.321	-	61.321
Adições	214	344	558
Saldo em 31 de dezembro de 2023	61.535	344	61.879
Adições	-	25	25
Saldo em 31 de dezembro de 2024	61.535	369	61.904
			-
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(56.616)	-	(56.616)
Adições	(1.576)	-	(1.576)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(58.192)	-	(58.192)
Adições	(1.272)	-	(1.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(59.464)	-	(59.464)
Saldo contábil líquido em 31/12/2022	4.705	-	4.705
Saldo contábil líquido em 31/12/2023	3.343	344	3.687
Saldo contábil líquido em 31/12/2024	2.071	369	2.440
Taxa média anual de amortização	20%	-	

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2024	2023
Pasep (a)	1.568	1.481
INSS (b)	3.394	2.627
Cofins (a)	7.236	6.835
Salários e honorários a pagar	7.761	6.321
Participação nos lucros e resultados - PLR (c)	1.682	1.538
FGTS	1.652	1.179
Plano previdencial Libertas (d)	1.499	1.358
Contribuições retidas na fonte	432	358
Provisão de férias	19.310	18.092
Total	44.534	39.789

- A Companhia possui os regimes de incidências cumulativos e não cumulativos para apuração do Pasep e da Cofins. Os créditos de Pasep/Cofins (vide NE 8) são compensados com as contribuições não cumulativas, na proporção dos recebimentos de órgãos públicos.
- A rubrica do INSS é composta pelo montante apurado pelo sistema de contribuição sobre a receita bruta (desoneração da folha de pagamento) acrescido do INSS retido sobre salários.
- Decorrente do lucro no exercício de 2024, foi registrado a título de Participação nos Lucros e Resultados – PLR o montante de R\$1.682.

- d. O Plano Previdencial Libertas refere-se a parcelas de contribuições normais para custeio dos planos de benefícios de aposentadoria, modalidades BD e CD.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2024	2023
IRRF	4.772	4.322
ISSQN - próprio	43	38
ISSQN retido	121	75
IRPJ/CSLL diferidos s/ reserva de reavaliação	14	14
Parcelamento IRPJ/CSLL - 2017/2018 (a)	581	1.292
Total	5.531	5.741

- a. No exercício de 2020, a Companhia efetuou um parcelamento decorrente de uma dívida tributária perante a Receita Federal referente ao IRPJ/CSLL dos anos de 2017 e 2018. O parcelamento inicial foi no montante de R\$4.991, para pagamento em 60 meses, com previsão de término em maio de 2025. Desde então, a Companhia vem quitando regularmente o parcelamento.

17. DEMAIS CONTAS A PAGAR

Obrigações relacionadas a empregados (pensão alimentícia, sindicato, plano de saúde, empréstimos bancários), no montante de R\$1.580 em 31 de dezembro de 2024 e R\$1.246 em 31 de dezembro de 2023.

Além disso, temos registrado em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$5.045 decorrente de um convênio firmado com a Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito - CET/MG, referente ao custo de disponibilização do acesso e uso dos dados de sistema de notificação e autuação de infrações de trânsito pelos municípios para a Prodemge.

18. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA

A constituição do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida refere-se à aplicação do percentual de 25% para o IR e 9% para a Contribuição Social sobre o lucro do negócio serviços a faturar e sobre a reserva de reavaliação sobre edificações.

	2024	2023
IRPJ/CSLL diferidos s/ serviços a faturar	3.208	4.566
IRPJ/CSLL diferidos s/ reserva de reavaliação	93	106
TOTAL	3.301	4.672

19. MENSURAÇÃO DE OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

A Prodemge é uma das patrocinadoras da Fundação Libertas de Seguridade Social, que é uma entidade de previdência complementar fechada multipatrocinada, sem fins lucrativos, fundada em julho de 1992, de acordo com a legislação em vigor.

A Companhia oferece, aos atuais e aos ex-empregados, planos previdenciários administrados pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Os planos de benefícios patrocinados pela Prodemge são:

- Plano de Benefícios RP5II - estruturado na modalidade de benefício definido
- Plano de Benefícios Prodemge Saldado – estruturado na modalidade de benefício definido
- Plano ProdemgePrev – estruturado na modalidade de contribuição definida

Conforme definido pela CVM nº 110/22, nos planos de benefícios pós-emprego classificados como contribuição definida a entidade empregadora realiza contribuições pré-estabelecidas a uma outra entidade, não tendo obrigação legal ou construtiva de complementar qualquer insuficiência de ativos para pagamento dos benefícios. Assim, os riscos atuariais e de investimento recaem apenas para os empregados.

Nos planos de benefício definido é obrigação da empregadora fornecer os benefícios prometidos aos atuais e ex-empregados. Com isso, o risco atuarial e de investimento recaem sobre a patrocinadora e participantes, aumentando ou reduzindo a obrigação.

O pagamento dos benefícios concedidos depende também da capacidade e do interesse da entidade de suprir qualquer insuficiência nos ativos do fundo. Consequentemente, a despesa reconhecida do plano de benefício definido não será somente o montante da contribuição devida no período, mas também o resultado entre as obrigações esperadas e ocorridas, conforme aplicação de premissas atuariais.

A contabilização das obrigações com benefícios pós emprego da Prodemge é realizada somente para os benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, ou seja, benefícios concedidos e a conceder de participantes dos Planos RP5II e Saldado.

A seguir, as estatísticas dos empregados e ex-empregados da Patrocinadora Prodemge, cadastrados nos Planos RP5II e Saldado:

		2024			2023		
		RP5-II	Saldado	Total	RP5-II	Saldado	Total
Ativos	Quantidade	1	1	2	1	1	2
	Média Idades	48	63	55	47	63	55
Mantidos	Quantidade	3	6	9	3	6	9
	Média Idades	53	57	55	52	57	54
Aposentados	Quantidade	9	138	147	9	140	149
	Média Idades	71	72	71	70	71	70
	Suplementação Média	4.691,93	6.201,30	5.446,62	4.545,00	6.007,32	5.276,16
Pensionistas	Quantidade	7	18	25	4	20	24
	Média Idades	48	74	61	65	74	70
	Suplementação Média	2.259,90	2.776,23	2.518,07	2.802,60	2.861,83	2.832,22

Fonte: Base de Dados Fundação Libertas

As hipóteses atuariais abaixo foram utilizadas na avaliação atuarial do exercício de 31 de dezembro de 2023.

		Plano RP5II	Plano Saldado
Hipóteses Demográficas	Evento Morte Válidos	GIM - 94 M&F (D20%)	GIM - 94 M&F (D20%)
	Mortalidade de Inválidos	AT-49 M	AT-49 M
	Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
	Rotatividade	Nula	Nula
	Aposentadoria	1ª Elegibilidade	1ª Elegibilidade
Hipóteses Econômicas	Composição familiar	Família Real	Família Real
	Taxa Real de Juros	6,9272%	6,9318%
	Crescimento Real Salarial	1,28%	Não Aplicável
	Índice de Inflação	4,60%	4,60%
	Fator Capacidade (Salários e Benefícios)	98,20%	98,20%

A taxa nominal de juros aplicada foi de 11,85% para os planos RP5-II e Saldado, sendo resultante da seguinte composição:

- Da taxa real de juros de 6,9272%, para o Plano RP5II e de 6,9318% para o Plano Saldado, correspondente a NTN-B com vencimento mais próximo à *duration* de 12,9564 anos para o Plano RP5II e de 9,6055 meses para o Plano Saldado, conforme as Demonstrações Atuariais de 31 de dezembro de 2023 transmitidas à PREVIC;
- E da taxa de inflação esperada no curto prazo de 4,60%, baseada em histórico da variação do IPCA e projeção divulgada no Relatório FOCUS do Banco Central, publicado em 16 de dezembro de 2024.

Conforme determinação da CVM nº 110/2022, o método atuarial a ser utilizado para determinar o déficit ou superávit de planos de benefício definido é o Crédito Unitário Projetado.

O custo é avaliado em períodos passados e corrente, para que seja identificado o quanto de direito o empregado adquiriu com serviço já prestado e o quanto desse direito deverá ser acrescentado referente ao serviço prestado no ano corrente.

Para a reconciliação da obrigação de benefício definido é necessário conhecer o valor da obrigação registrado no final do ano anterior. A esse valor, é acrescentado o custo do serviço corrente, calculado atuarialmente pelo método Crédito Unitário Projetado. Considera-se também o valor do custo dos juros e fluxos de caixa da empresa como pagamento de benefícios e contribuição de participantes. Incluem-se, ainda, os efeitos com alterações de premissas que caracterizará o ganho ou perda atuarial no período.

Todas essas contas resultarão no valor da obrigação de benefício definido no final do ano em estudo. A seguir, os resultados apurados a partir da base de dados e premissas admitidas:

	Plano Saldado		Plano RP5-II	
	2024	2023	2024	2023
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	118.105	111.220	6.038	6.070
2. Custo do serviço corrente	1	1	8	10
3. Custo dos juros	11.380	13.011	585	710
4. Fluxos de caixa				
Benefício pago pelo plano	(9.815)	(9.862)	(444)	(454)
5. Outros eventos significativos	-	-	-	-
6. Redimensionamento da obrigação				
Efeito da alteração de premissas financeiras	(14.126)	4.162	1.526	3.792
Efeito da experiência do plano	(969)	(427)	(1.625)	(4.090)
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	104.576	118.105	6.088	6.038

Para o Plano Saldado, a queda observada nas obrigações deve-se ao aumento na taxa de juros.

Para o Plano RP5-II, o custo do serviço corrente em 31/12/2024 mostrou-se inferior ao registrado em 31/12/2023, influenciado pelo aumento na taxa de juros. A partir do aumento da taxa de juros, era esperado queda das obrigações, contudo, devido a inclusão de três pensionistas, houve um aumento das obrigações de benefício concedido, reduzindo o efeito do aumento da taxa de juros nas premissas financeiras.

	Plano Saldado		Plano RP5-II	
	2024	2023	2024	2023
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	115.521	115.209	5.531	7.065
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	11.131	13.478	536	826
3. Fluxos de caixa				
a. Desembolso total da empresa				
Contribuição paga pela empresa	-	-	2	2
b. Contribuição de participante	-	-	10	8
c. Benefício pago pelo plano	(9.814)	(9.862)	(444)	(454)
4. Outros eventos significativos	-	-	-	-
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano				
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(6.401)	(3.304)	493	(1.916)
6. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	110.437	115.521	6.128	5.531

O redimensionamento do valor justo do ativo do plano registra a diferença entre a receita de juros sobre ativos do plano e o retorno sobre ativos do plano. A Deliberação CVM nº 110/2022 determina que o retorno sobre os ativos do plano consiste em juros, dividendos e outras receitas derivadas dos ativos do plano, incluindo ganhos ou perdas sobre os ativos, excluindo custos com administração e impostos.

	Plano Saldado		Plano RP5-II	
	2024	2023	2024	2023
1. Obrigação de benefício definido	104.576	118.105	6.088	6.038
2. Valor justo do ativo do plano	(110.437)	(115.521)	(6.128)	(5.531)
3. Situação financeira do plano	(5.861)	2.584	(40)	507
4. Reconhecimento de passivo oneroso - Déficit Técnico Contratado	-	-	(429)	(490)
5. Passivo / (Ativo) líquido	(5.861)	2.584	(469)	17
a. Custo do serviço passado	-	-	77	71

Seguindo a Deliberação CVM nº 110/2022, o valor de passivo (ativo) líquido representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido, sendo calculado pela subtração do valor presente da obrigação pelo valor justo dos ativos.

Conforme cálculo atuarial detalhado acima, ocorreu superávit no exercício de 2024 no montante de R\$5.861 para o Plano Saldado e R\$469 para o plano RP5-II.

De acordo com o disposto no parágrafo 65 do CPC 33 (R1), para que um superávit possa efetivamente ser reconhecido pela entidade patrocinadora como ativo líquido em seu balanço patrimonial, é necessário que ela controle o recurso, que o mesmo seja resultado de eventos passados (contribuições pagas pela entidade e serviços prestados pelo empregado) e que benefícios econômicos futuros estejam disponíveis para a entidade na forma de redução nas contribuições futuras ou de restituição em dinheiro diretamente à entidade patrocinadora ou indiretamente para outro plano deficitário.

Diante disso, no exercício de 2024 não houve registro contábil do resultado atuarial por ter ocorrido o superávit. (Vide NE21.2 – Outros resultados abrangentes - Ajuste de avaliação patrimonial).

O saldo da conta Benefício pós emprego reflete o saldo para cobertura dos custos correntes dos planos de benefício definidos, sendo utilizado para abater futuros déficits dos planos e equacionamentos realizados. Em 31 de dezembro de 2024 apresentou a seguinte composição separada entre os planos RP5-II e Saldado:

	2024	2023
Saldo constituído para cobertura - plano RP5-II	750	1.032
Saldo constituído para cobertura - plano Saldado	5.436	5.435
Superavit/deficit - plano RP5-II	-	17
Superavit/deficit - plano Saldado	-	2.583
Total	6.186	9.067

20. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia figura como parte em processos judiciais de natureza trabalhista e justiça comum, decorrentes do curso normal de suas atividades no total de 61 processos classificados como prováveis, sendo 60 na Justiça trabalhista e 01 na Justiça Comum.

As provisões são constituídas levando-se em conta a opinião da área jurídica da Companhia, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais.

Na Justiça do Trabalho, as ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta estão em sua maioria relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, insalubridade, horas extras, hora ficta, PLR, 40% do FGTS, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função, dentre outras. Tem também uma ação de valor relevante referente à reivindicação de pagamento de hora ficta, movida pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais – Sindados, representando alguns empregados, no valor de R\$10.230, sendo que para este processo, a empresa efetuou depósito judicial.

A Companhia figura também com responsabilidade subsidiária em 06 processos (10% do total dos processos de perdas prováveis), representando 1% do valor total provisionado. Caso os pleitos sejam procedentes, a Prodemge será compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista.

Para os casos considerados perda provável, a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações subsidiárias.

	2024	2023
Justiça Trabalho	14.186	12.186
Justiça Comum	60	193
Total	14.246	12.379

A perda possível está detalhada conforme abaixo:

		2024	2023
Perda Possível	Justiça do Trabalho	1.234	496
	Justiça Comum	102	17.682
	Justiça Federal	-	85
Total		1.336	18.263

Em 31 de dezembro de 2024 o montante é de R\$1.336 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$18.263. A redução do saldo está relacionada a um passivo contingente, avaliado pela Assessoria Jurídica da Companhia como perda possível no exercício de 2023 e classificado na Justiça Comum, no valor de R\$17.609. Esse processo era movido pela empresa Telemar Norte Leste S/A, reivindicando pagamento de faturas com juros e correção relativas ao contrato da Rede IP Multisserviços do Estado de Minas Gerais. Este contrato está vinculado ao Decreto 45.006, de 09/01/2009, onde os pagamentos à operadora não são de responsabilidade da Prodemge e foi classificado como perda possível no exercício de 2023 por não ter ocorrido à época nenhuma decisão judicial sobre ele. Durante o exercício de 2024 a sentença do processo declarou a ilegitimidade passiva da Prodemge e foi extinto.

Depósitos judiciais - O depósito mais relevante refere-se à ação de reivindicação de pagamento de hora ficta, supracitado, no valor de R\$6.678. Os saldos dos depósitos recursais são atualizados pelo índice da poupança.

	2024	2023
Depósito e bloqueio judicial trabalhista	8.652	8.217
Depósito judicial Pasep/Cofins	3.385	2.479
Total	12.037	10.696

Depósito judicial Pasep/Cofins - No exercício de 2020, a empresa ingressou com um processo judicial na Justiça Federal da 1ª Região com o pedido de suspensão dos valores referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da base de cálculo da Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A partir da concessão de medida liminar em mandado de segurança, os valores referentes às contribuições discutidas vêm sendo depositados judicialmente, tendo como contrapartida a rubrica obrigações diversas, no grupo de contas do passivo não circulante.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital Social

O capital social está representado por 97.540.247 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada, sendo assim distribuído entre seus acionistas:

Acionistas	Qtde de ações	%
Estado de Minas Gerais	96.481.395	98,914%
Companhia de Saneamento de MG - COPASA MG	959.075	0,983%
Instituto de Prev.Sev.Públicos de MG - IPSEMG	35.003	0,036%
Banco de Desenvolvimento de MG - BDMG	27.048	0,028%
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG	16.351	0,017%
Companhia Energética de MG - CEMIG	13.517	0,014%
Depto de Estradas de Rodagem de MG - DER	5.040	0,005%
Loteria do Estado de Minas Gerais	2.818	0,003%
Total	97.540.247	100,00

21.2 Outros resultados abrangentes - Ajuste de avaliação patrimonial

Para o reconhecimento de ganhos/perdas, adota-se o procedimento padrão constante do Pronunciamento Técnico NBC TG 33 (R1) Benefícios a Empregados.

Conforme demonstrado nos cálculos atuariais apresentados na NE 19, para o exercício de 2024 ocorreu superávit, não sendo necessário o seu reconhecimento.

21.3 Reserva de reavaliação

A reserva decorre da reavaliação de bens do ativo imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007. É transferida para lucros/prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto da reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

	2024
Reserva de Reavaliação de Terrenos	9.957
Reserva de Reavaliação de Edificações	233
. Reversão sobre Reserva de Reavaliação de Edificações	(40)
. IR/CSLL sobre Reserva de Reavaliação de Edificações	14
Total	10.164

No exercício de 2024 foram realizados os valores de R\$40 referente à Reserva de Reavaliação de Edificações e R\$14 referente ao IRPJ/CSLL diferidos.

21.4 Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

21.5 Reserva de retenção de lucros

A Assembleia dos Acionistas de 15 de abril de 2024 indeferiu a proposta dos Administradores de constituição de 50% da reserva de retenção de lucros e deliberou pela distribuição dos dividendos na totalidade do resultado líquido de 2023, após a constituição da reserva legal, sendo necessária a reversão do montante constituído.

Em 12 de dezembro de 2024, através da DD- 141/2024, a diretoria propôs a constituição da reserva de retenção de lucros sobre o resultado do exercício de 2024, a ser referendada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) a realizar-se até 30 de abril de 2025, com o propósito de retenção de recursos na Companhia para subsidiar e atender aos projetos de investimento que constarão nos orçamentos futuros, como por exemplo, migração do ambiente mainframe, reforma da unidade Rua da Bahia, Projeto CAMG e modernização do ambiente de TI da empresa.

A constituição no exercício de 2024 foi no valor de R\$17.863 e que, somado aos saldos existentes no exercício de 2023, reduzido da reversão conforme determinado pela AGO, alcança o montante de R\$41.410.

21.6 Remuneração aos acionistas

Política de dividendos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pelos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A distribuição de dividendos observa os resultados e a condição financeira da Companhia, suas perspectivas futuras de mercado, oportunidades de investimento, além da manutenção e expansão de

seus serviços. Embora haja previsão no Estatuto da Social de distribuição mínima de 25%, foi proposto pela Companhia a distribuição no percentual de 50%, tendo em vista a capacidade financeira e operacional da Companhia e, em 19/12/2024, o Conselho de Administração deliberou pela distribuição de dividendos, no percentual de 50% do resultado do exercício, sendo que, do montante distribuído, R\$9.417 refere-se aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.461
Dividendos/JCP pagos	(19.461)
JCP líquido	8.109
Dividendos propostos	17.973
Saldo em 31 de dezembro de 2023	26.082
Reversão Reserva retenção lucros (exercício 2023) (a)	26.095
Dividendos/JCP pagos	(52.177)
JCP líquido	9.402
Dividendos propostos	8.447
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.849

- (a) No exercício de 2023, a Administração deliberou pela distribuição de 50% do lucro do exercício para dividendos. A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2024 deliberou por distribuir 100% do lucro do exercício de 2023 aos acionistas, sendo necessário reversão do registro da reserva de retenção de lucros para a rubrica de Dividendos a pagar.

Distribuição dos lucros acumulados

	Resultado do período	Realiz. de res. de reavaliação	Total distribuído
Resultado Líquido/ Reser. Reav.	37.565	40	37.605
(-) Reserva Legal	(1.878)	-	(1.878)
(-) JCP	(9.417)	-	(9.417)
(-) Dividendos	(8.427)	(20)	(8.447)
(-) Retenção de lucro	(17.843)	(20)	(17.863)

22. RECEITAS LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2024	2023
Receita bruta de prestação de serviços	407.969	376.728
Vendas canceladas	(1.642)	(939)
Impostos e contribuições incidentes s/prest.serviços	(56.123)	(52.125)
Total	350.204	323.664

A receita bruta de prestação de serviços de tecnologia da informação é reconhecida mensalmente no resultado pelo regime de competência, tendo como principais clientes os órgãos da administração direta e indireta do estado de Minas Gerais.

Impostos e contribuições incidentes sobre a sua prestação de serviços apresentam a seguinte composição:

	2024	2023
ISSQN (2,5%, 3% e 5%)	10.366	9.287
Pasep (0,65% e 1,65%)	4.898	4.623
Cofins (3,0% e 7,6%)	22.574	21.305
INSS desoneração (4,5%)	18.285	16.910
Total	56.123	52.125

23. CUSTOS OPERACIONAIS

Nos exercícios de 2024 e de 2023, a Companhia apresentou seus custos conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023	% variação
Pessoal	158.073	142.105	11%
Treinamento	59	107	45%
Material	1.546	331	367%
Manutenção equipamentos	9.009	9.384	-4%
Manutenção bens instalações	648	510	27%
Aluguel equipamentos	830	808	3%
Serviços terceiros	34.304	34.022	1%
Licenciamento e manutenção software	29.081	27.328	6%
Utilidades e custos gerais	3.432	3.128	10%
Depreciação/amortização	8.196	7.599	8%
Total	245.178	225.322	9%

Os custos tiveram 9% de variação em relação ao exercício de 2023, sendo que a variação mais relevante está relacionada ao custo com material para utilização no Datacenter (R\$1.000).

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O grupo Despesas administrativas e gerais apresentou a seguinte composição:

	2024	2023	% variação
Pessoal	53.361	36.597	46%
Treinamento	119	126	-6%
Material	132	168	-21%
Manutenção equipamentos	28	31	-10%
Manutenção bens instalações	117	123	-5%
Aluguel equipamentos	10	10	0%
Serviços terceiros	4.792	3.983	20%
Licenciamento e manutenção software	636	441	44%
Utilidades e despesas gerais	1.408	1.126	25%
Depreciação/amortização	159	156	2%
Total	60.762	42.761	42%

A rubrica de pessoal foi impactada no valor de R\$ 3.377 em decorrência de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego sofrida pela Companhia referente ao período de 2019 a 2024.

O escopo da fiscalização contemplou:

- (1) débitos salariais relacionados ao pagamento de adicional de disponibilidade quando inferior a um terço do salário normal;
- (2) débitos salariais relacionados ao reflexo das horas extras e do adicional de disponibilidade no descanso semanal remunerado (DSR);
- (3) o recolhimento de FGTS e encargos previdenciários sobre as diferenças;

Ainda sobre o tema adicional de disponibilidade e reflexos das horas extras, foram ajuizados processos trabalhistas contra a empresa, mas foram finalizados através de acordos com os empregados, ainda no exercício de 2024, representando o montante de R\$1.621.

Além disso, no exercício de 2024, ocorreu a finalização de um processo trabalhista do exercício de 2016, movido pelo Sindados, impactando a conta de despesa de pessoal em cerca de R\$4.000.

25. PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PECLD

	Contas a receber	Faturamento pendente	Total
Constituição	(161)	(957)	(1.118)
Reversão por baixa como perda	1.404	10.756	12.160
Reversão por regularização	281	26	307
Total	1.524	9.825	11.349

26. PERDAS SOBRE FATURAS

Os valores registrados como PECLD do Contas a receber são baixados como perdas definitivas quando completados dez anos de vencidos. Para faturamento pendente, o registro ocorre quando completados seis anos da sua constituição.

	Contas a receber	Faturamento pendente	Total
Baixa por perda	(1.404)	(10.756)	(12.160)
Reversão por regularização	-	35	35
Total	(1.404)	(10.721)	(12.125)

27. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, o detalhamento no grupo de receitas e despesas operacionais:

	2024	2023
Outras receitas/despesas		
Dividendos/JCP	241	75
Prejuízo venda ativo imobilizado	-	(16)
Incentivo cultural	-	(300)
Doação	1	26
Aporte plano saúde Libertas	(1.255)	-
Ganho com bens em substituição	110	-
Outras receitas	69	54
Total	(834)	(159)

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Receitas aplicação financeira	11.949	14.874
Descontos/juros recebidos	67	16
Variação monetária ativa	1.100	944
Total receitas financeiras	13.116	15.834
Despesas Financeiras		
Multas	(121)	(1)
Correção monetária	-	(1)
Juros	(230)	(247)
Total despesas financeiras	(351)	(249)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, o imposto de renda a 15% e o adicional de imposto de renda de 10%, sobre o lucro tributável, em atendimento às disposições fiscais em vigor.

A partir do lucro contábil apresentado para o exercício de 2024 e após as considerações das adições e exclusões fiscais permitidas, a Prodemge apurou lucro real e base de contribuição social positiva, controlados através do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), da seguinte forma:

	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		IMPOSTO DE RENDA	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes das adições/exclusões	44.761	66.639	40.214	61.141
Adições	23.600	15.586	28.147	21.084
Exclusões	(17.838)	(21.128)	(17.838)	(21.128)
Base de Cálculo	50.523	61.097	50.523	61.097
Cálculo (CLSS 9% - IRPJ 15%)	4.547	5.499	7.578	9.165
Adicional IRPJ (R\$240-10%)	-	-	5.028	6.086
Incentivo PAT	-	-	(303)	(294)
Licença maternidade/paternidade	-	-	(238)	(290)
Incentivo cultural	-	-	-	(300)
IRPJ/CSLL	4.547	5.499	12.066	14.367

30. PARTES RELACIONADAS

Natureza das operações com partes relacionadas:

30.1. Estado de Minas Gerais

a.1) Prestação de serviço de tecnologia da informação (NE 06, 07 e 10).

a.2) Aluguel Condomínio Cidade Administrativa – SEPLAG - conforme Lei 22.257 de 27/07/2016 (art. 38, II, c, 1), a Prodemge está vinculada à Seplag na estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

a.3) Contratação de serviço terceirizado com a MGS - Minas Gerais Administração e Serviços SA. A Prodemge possui atualmente ações no montante de R\$312.410 da MGS, o que corresponde a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) do capital da empresa participada.

a.4) SEGOV: contratação de serviço de publicações no Diário Oficial do estado de Minas Gerais.

a.5) CET-MG: referente a convênio para a disponibilização, pela CET-MG, do acesso e uso dos dados pelos municípios conveniados, através de meios necessários para a efetiva implementação e funcionamento de sistema de notificação e autuação de infrações de trânsito (vide NE 17).

a.6) Convênios de cooperação técnica relacionados à cessão de empregados firmados com os órgãos da administração direta do Estado de Minas Gerais.

Abaixo, segue posição em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, nos grupos de Ativo, Passivo e Resultado:

	2024	2023
Ativo Circulante		
a.1) Contas a receber	19.106	27.382
a.1) Serviços a faturar	26.450	22.931
Ativo Não Circulante		
a.1) Faturamento pendente	8.147	20.589
Total do Ativo	53.703	70.902
Passivo Circulante		
Fornecedores		
a.2) SEPLAG	83	87
a.3) MGS	1.266	1.256
a.4) SEGOV	1	2
Demais contas a pagar		
a.5) CET - Detran	5.044	2.791
Total do Passivo	6.394	4.136
Resultado		
Receita Bruta		
a.1) Admin. direta e indireta	388.423	353.496
Custos/Despesas	(236.557)	(214.120)
a.1) Custos para prestação de serviço	(216.721)	(194.962)
a.6) Convênio func.cedidos	1	1
a.2) SEPLAG	(347)	(394)
a.3) MGS	(17.150)	(16.786)
a.5) CET - Detran	(2.254)	(1.954)
a.4) SEGOV	(86)	(26)
Total do Resultado	151.866	139.375

30.2 Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave é composto pelos membros com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Os benefícios compreendem encargos previdenciários e sociais, plano de previdência, plano assistencial, vale alimentação, seguro de vida, dentre outros. Os montantes anuais estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Diretoria Executiva		
. Remuneração	1.359	1.225
. Benefícios	433	395
Conselho de Administração	571	549
Conselho Fiscal	285	196
Comitê de Auditoria Estatutário	171	157
Total Obrigações	2.819	2.522

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros:

Seguro	Vigência	Cobertura máxima
Seguro de Responsabilidade Civil	25/03/2024 a 25/03/2025	30.000
Seguro Patrimonial	11/06/2024 a 31/05/2025	38.743
Seguro de Vida	10/09/2024 a 09/09/2025	64
Seguro Veículo	29/11/2024 a 29/11/2025	Valor de mercado

32. DIVULGAÇÃO DE DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSECUÇÃO DOS FINS DE INTERESSE COLETIVO

Em atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do artigo 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, informamos que os dados operacionais e financeiros das atividades principais desempenhadas pela Companhia, em atendimento ao interesse coletivo, estão descritos no relatório de sustentabilidade disponíveis no site da Companhia.

33. RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

A Resolução BCB n.º 2, de 27 de novembro de 2020, em seu parágrafo 4º do artigo 34, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Define-se como resultado não recorrente do exercício aquele que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição;
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No julgamento da Administração, os itens não recorrentes não ocorrem necessariamente em todos os períodos, tampouco em montantes comparáveis, sendo destacados como informação complementar para um melhor entendimento e avaliação do resultado.

	2024			2023		
	Contábil	Recorrente	Não Recorrente	Contábil	Recorrente	Não Recorrente
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	350.204	350.204	-	323.664	323.664	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(245.178)	(245.178)	-	(225.322)	(225.322)	-
LUCRO BRUTO	105.026	105.026	-	98.342	98.342	-
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS						
Despesas administrativas e gerais (a)	(60.762)	(57.445)	(3.317)	(42.761)	(42.761)	-
Provisão para processos judiciais	(1.866)	(1.866)	-	(1.014)	(1.014)	-
Despesas tributárias (b)	(732)	(495)	(237)	(847)	(847)	-
PECLD	11.349	11.349	-	10.311	10.311	-
Perdas s/ faturas	(12.125)	(12.125)	-	(4.190)	(4.190)	-
Outras receitas/despesas operacionais	(834)	-	(834)	(159)	-	(159)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	40.056	44.445	(4.388)	59.681	59.840	(159)
Resultado financeiro	12.765	12.765	-	15.585	15.585	-
LUCRO DO EXERCÍCIO	52.821	57.210	(4.388)	75.266	75.426	(159)
Tributos sobre o lucro	(15.256)	(15.256)	-	(20.372)	(20.372)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	37.565	41.954	(4.388)	54.894	55.054	(159)

(a) Resultado de fiscalização do Ministério do Trabalho para pagamento de verbas de adicional de disponibilidade e horas extras referente aos exercícios de 2019 a 2023;

(b) Multa e juros recolhidos sobre os encargos (INSS e FGTS) ocasionados pela fiscalização do Ministério do Trabalho.

34. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis deles, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

35. IMPOSTOS FEDERAIS

Em 05 de junho de 2024, a Companhia ajuizou ação cível originária contra a União junto ao SFT para requerer a desobrigação ao recolhimento de impostos federais sobre seu patrimônio, a sua renda e seus serviços, garantindo assim o direito à imunidade tributária recíproca, conforme disposto no art. 150, inciso VI, alínea a, da Constituição Federal, bem como o direito à repetição, seja por restituição (art. 165 do CTN) via precatório ou compensação dos créditos, do indébito recolhido (diretamente ou por retenção na fonte) no curso do processo e nos 5 (cinco) anos que antecederam o ajuizamento, dado o prazo prescricional previsto no art. 168 do Código Tributário Nacional.

Em 13 de agosto de 2024, o Ministro André Mendonça proferiu sentença favorável à Prodemge, reconhecendo a imunidade tributária, no tocante aos impostos federais e condenando a União a restituir os valores que tiverem sido cobrados a título desses tributos nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da ação (art. 168 do CTN), acrescidos de juros e correção monetária, a incidirem nos termos previstos no Manual de orientação de procedimentos para os cálculos na Justiça Federal.

Em 07 de outubro de 2024 a Advocacia Geral da União (AGU) interpôs agravo regimental apresentando recurso contra a decisão do ministro André Mendonça solicitando exame de uma das Turmas (grupo de

05 ministros) ou do Plenário (11 ministros reunidos), que decidirão se mantêm ou modificam a decisão anterior. Até 31 de dezembro de 2024 o recurso encontra-se concluso ao relator.

A Companhia aguarda o trânsito em julgado para implantar a imunidade tributária.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ezequiel de Melo Campos Netto
Ademilson Jorge de Barros Monteiro
Alonso Fernandes Júnior
Aluísio Eduardo Caetano de Medeiros
Conrado Lopes Vilaça de Abreu
Gustavo Fonseca Nogueira
Márcio Almeida Bernardino
Roberto Tostes Reis
Rodrigo Soares Vasconcelos Teixeira

DIRETORIA EXECUTIVA

Roberto Tostes Reis – Diretor Presidente
Ladimir Lourenço dos Santos Freitas – Diretor técnico
Tadeu Barreto Guimarães – Diretor administrativo financeiro

CONSELHO FISCAL

Guadalupe Machado Dias
Lucas Mendes de Faria Rosa Soares
Carolina de Oliveira Castro Baia Antunes
Diogo Soares Leite
Marco Inneco Corrêa

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Cleber Santiago
Eugênio Dolabella Vianna
Marco Antônio Vieira Gomes

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Ionala de Paiva Carneiro

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Sheila Blom de Lacerda
Contadora – CRC MG – 076747/O-9

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Aos senhores Conselheiros de Administração da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge.

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado e permanente, criado para auxiliar o Conselho de Administração, principalmente, sobre: (i) a transparência, integridade e qualidade das demonstrações financeiras, (ii) a efetividade dos controles internos (iii) a exposição a risco e (iv) efetividade das auditorias interna e externa.

Para embasar suas avaliações, o Comitê se apoia em informações fornecidas pela Administração, pelos auditores externos, pela auditoria interna, pelos responsáveis pela contabilidade, pelos gestores de riscos, controles internos e conformidade, além de suas próprias análises e recomendações.

As atribuições do CAE estão previstas na Lei Federal 13.303/2016, no Decreto Estadual 47.154/2017, bem como no Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno.

2. COMPOSIÇÃO

O CAE foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nº 54, de 28/06/2018, e atualmente é integrado por três membros eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo:

- Cleber Santiago – Presidente
- Eugênio Dolabella Vianna
- Marco Antônio Vieira Gomes

3. PRINCIPAIS ATIVIDADES DO PERÍODO

O CAE realizou 27 reuniões no período entre 27 de fevereiro de 2024 e 27 de fevereiro de 2025, conduzindo agendas, entre outras, com a Diretoria Executiva, a Assessoria de Governança Corporativa, a Superintendência de Contabilidade e Finanças, a Superintendência de Suprimentos e Apoio Logístico, a Assessoria Jurídica, a Auditoria Interna e Auditoria Externa. Durante essas ocasiões, foram discutidos os principais assuntos relativos a cada área dentro do escopo de atuação do CAE, e, quando pertinente, foram feitas recomendações para ajustes e aprimoramentos. Além disso, o Comitê participou de quatro reuniões com o Conselho de Administração e uma com o Conselho Fiscal.

O CAE supervisionou as atividades da Auditoria Interna, analisou o RAINTE 2024 e o PAINT 2025 antes de serem submetidos ao Conselho de Administração e discutiu, nas reuniões, os relatórios emitidos no período, fazendo recomendações de melhoria, especialmente no que diz respeito ao processo de elaboração e emissão dos relatórios.

O CAE atuou no processo licitatório para a contratação de serviços de auditoria externa, avaliando o Termo de Referência e manifestando-se favoravelmente aos critérios definidos para a contratação. Após a conclusão do processo licitatório, a empresa Taticca Auditores Independentes S.S. foi selecionada. Nas reuniões com os novos auditores externos, o CAE discutiu o planejamento, o escopo, os aspectos contábeis relevantes e os resultados dos trabalhos realizados.

Com a Diretoria Executiva, foram debatidos vários assuntos, dentre eles, a gestão de riscos e controles internos, recomendações da Auditoria Interna, Plano de Continuidade de Negócio, Compliance e Programa de Integridade.

O CAE se reuniu com a empresa responsável pela emissão do relatório atuarial, com o objetivo de acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter informações para fundamentar suas avaliações sobre a razoabilidade das premissas e resultados atuariais dos planos patrocinados pela Prodemge.

Em apoio aos acionistas e administradores, o CAE verificou o cumprimento dos requisitos e a ausência de vedações nos processos de elegibilidade dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração indicados para recondução. Além disso, analisou os processos relacionados à indicação para o Conselho Fiscal e ao cargo de Diretor Administrativo e Financeiro. O CAE também participou do processo de eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração, avaliando a elegibilidade dos cinco empregados que se candidataram.

Para avaliar a efetividade dos controles internos e a gestão de riscos, o CAE analisou os resultados dos trabalhos das auditorias interna e externa, bem como as informações recebidas da Assessoria de Governança Corporativa referentes à análise de riscos, conformidade e processos.

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das demonstrações financeiras de 2024, examinando, Balanços, Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação, e tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas pela Instituição, das ocorrências atípicas e dos seus impactos na situação patrimonial e nos resultados da Prodemge, em reuniões havidas com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os auditores externos.

Em conjunto com os administradores e a Auditoria Interna, por meio do relatório produzido pela área de Auditoria, o CAE avaliou e monitorou a adequação das transações com partes relacionadas. Durante os trabalhos, o CAE reforçou a importância do aprimoramento do processo de monitoramento das transações com partes relacionadas.

No período, o CAE não recebeu registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia, que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a adequação das demonstrações contábeis.

4. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DO CAE

Durante o período, o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) apresentou diversas recomendações, com o objetivo de aprimorar a governança, a gestão de riscos e a efetividade dos processos internos.

5. CONCLUSÃO

As opiniões e julgamentos do CAE estão fundamentados nas informações recebidas da Prodemge e, com base nas atividades e análises desenvolvidas, considerando suas responsabilidades e limitações ao seu escopo de atuação e suas competências, concluiu que:

- a) O sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da PRODEMGE, embora alguns processos apresentem oportunidade de melhoria, incluindo, dentre outros, a gestão de riscos.
- b) Os parâmetros e premissas que fundamentam os cálculos atuariais referentes ao exercício de 2024 estão alinhados com as práticas de mercado e as regulamentações aplicáveis.
- c) A Auditoria Interna desempenha suas atividades com qualidade, efetividade e independência.
- d) Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos, no que se refere aos trabalhos de acompanhamento da elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

e) As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o CAE recomenda ao Conselho de Administração sua aprovação.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2025

Cleber Santiago

Presidente

Comitê de Auditoria Estatutário

Eugênio Dolabella Vianna

Membro

Comitê de Auditoria Estatutário

Marco Antônio Vieira Gomes

Membro

Comitê de Auditoria Estatutário

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, reunido na rua da Bahia, nº 2277, bairro Savassi, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no exercício de suas atribuições legais, examinou na presente data o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado Abrangente e as respectivas Notas Explicativas) da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, considerando a manifestação favorável do Comitê de Auditoria Estatutário, expedida em 27 de fevereiro de 2025, o Relatório da empresa de auditoria Tática Auditores Independentes S.S., expedido em 21 de fevereiro de 2025, sem ressalvas, e a Destinação do Resultado de 2024 é de opinião que os citados documentos se encontram em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia, opinando por sua aprovação.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2025

Guadalupe Machado Dias
Presidente do Conselho

Carolina de Oliveira Castro Baia Antunes
Conselheira

Lucas Mendes de Faria Rosa Soares
Conselheiro

Marcos Innecco Corrêa
Conselheiro

Diogo Soares Leite
Conselheiro